

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOROPI/RS Sr. VANDIR OESTERREICH, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO EM REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, objetivando a contratação de empresa(s) para o fornecimento, com a entrega parcelada de acordo com a demanda da Secretaria municipal de Educação, para um período de 12 meses, de generos alimenticios, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e da Portaria nº 003-25/2028 de 02 de janeiro de 2025.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br.">https://www.portaldecompraspublicas.com.br.</a> no dia 15 de abril de 2025, às 09:00, podendo as propostas e os documentos serem enviados até as 08:30, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

#### 1. DO OBJETO:

1.1. Aquisição de gêneros alimentos para merenda escolar da rede municipal de ensino, em perfeitas condições de consumo e validade, a serem entregues de acordo com a necessidade do município, conforme consta na proposta vencedora, de acordo com as discriminações a seguir notermo de referência, anexo I deste edital.

#### 2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

- 2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- 2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br">https://www.portaldecompraspublicas.com.br</a>.
- 2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.
- 2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possacomprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.
- 2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso porinteresse próprio.

### 3. ENVIO DAS PROPOSTAS

- 3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.
- 3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais.
- 3.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.
- 3.2.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.2.3. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

3.2.4. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos paraatendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

#### 4. PROPOSTA

- 4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.
- 4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.
- 4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

#### 5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

## 5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 5.1.2. Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.1.3. Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 5.1.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 5.2.1. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativosà Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 5.2.3. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 5.2.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- 5.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CNDT);
- 5.2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da ConstituiçãoFederal.
- 5.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição oua apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 5.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 5.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento daspropostas.
- 5.4. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar errosou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

#### 6. VEDAÇÕES

6.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

# TOTAL TOTAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TOROPI

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

- 6.1.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 6.1.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 6.1.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da <u>Lei nº 6.404, de 15 de</u> <u>dezembro de 1976,</u> concorrendo entre si;
- 6.1.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 6.1.5. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
- 6.2. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

#### 7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.
- 7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.
- 7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
- 7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

#### 8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamenteaquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 8.2. Serão desclassificadas as propostas que:
- 8.2.1. Contiverem vícios insanáveis;
- 8.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 8.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado paraa contratação;
- 8.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável
- 8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não forconflitante com o instrumento convocatório.
- 8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
- 8.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- 8.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.7.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,10 (Dez centavos) que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.7.5. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

8.7.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ouexigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

#### 9. MODO DE DISPUTA

- 9.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.
- 9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nosúltimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerradaautomaticamente.
- 9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico: <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br/">https://www.portaldecompraspublicas.com.br/</a>.

#### 10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, e caso haja propostas empatadas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 10.1.1. Não havendo desempate o prório sistema do portaldecompraspublicas realizará o sorteio eletrônico através do comando do Agente de contratação.

#### 11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

- 11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- 11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessáriosao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.
- 11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.
- 11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

#### 12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3., enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.
- 12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, excetose vencido o prazo de validade.
- 12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- 12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação deregularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que sejarequerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

- 12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aoedital.
- 12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso

#### 13. RECURSO

- 13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou delavratura da ata, em face de:
- 13.1.1. Julgamento das propostas;
- 13.1.2. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- 13.1.3. Anulação ou revogação da licitação.
- 13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início nadata de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "13.1." e "13.2." doitem do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:
- 13.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.2. A apreciação dar-se-á em fase única.
- 13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

## 14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

- 14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- 14.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 14.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 14.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 14.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

#### 15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

- 15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo dassanções previstas neste Edital.
- 15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a assinar o Contrato, nostermos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 15.5.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 15.5.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favordo órgão licitante.



## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

#### 16. VIGÊNCIA DOS PRAZOS E DE PREÇOS

16.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### 17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1.O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
- 17.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da Nota deEmpenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento e conferidos a sua compatibilidade com este termo de referência e da proposta da empresa vencedora.
- 17.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA IBGE do período.

## 18. DOTAÇÕESORÇAMENTÁRIAS:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.044.3390.30	550	90/2025	Fornecer alimentação escolar de
			qualidade a todos

#### 19. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. O prazo de entrega dos produtos requisitados é de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da Nota de empenho. 19.2. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central (Prefeitura Municipal de Toropi), sito a rua Fernando Ferrari, 235, Centro, TOROPI– RS, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h.
- 19.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sujeitando-seàs penalidades previstas neste edital.
- 19.4. Os produtos serão fornecidos de acordo com a necessidade de uso do Município de Toropi/RS, conforme disposto no Contrato com entregas em até 15 (quinze) dias úteis, devendo ser entregue adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.
- 19.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

#### 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Sanções previstas Art. 156, da Lei 14.133/2021
- 20.1.1. Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I advertência;
- II multa compensatória (Art. 156, §3°, §7°), de 0,5% (cincodécimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada aoresponsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art.155 desta Lei;
- III impedimento de licitar e contratar (Art. 156, §4°) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (Art. 156, §5° e §6°), impedirá o responsável de licitar ou contratarno âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entesfederativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

#### 21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte do campo próprio no sítio eletrônico: <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br/">https://www.portaldecompraspublicas.com.br/</a>.
- 21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico <a href="https://www.portaldecompraspublicas.com.br/">https://www.portaldecompraspublicas.com.br/</a>.



## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

#### 22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, porconveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Leinº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.
- 22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justodecorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto naLei nº 14.133/2021.
- 22.4. Fica eleito o Foro da Comarca de São Pedro do Sul/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

#### 25. FAZEM PARTE OS SEGUINTES ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência Anexo II - Modelo de Proposta de Preços Anexo III – Minuta do Contrato

TOROPI, 02 DE ABRIL DE 2025.

VANDIR OESTERREICH PREFEITO MUNICIPAL



## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

#### ANEXO I

### 1. TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO:

1.1. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSUMO E VALIDADE, A SEREM ENTREGUES DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, CONFORME MINUTA DO CONTRATO, DE ACORDO COM AS DISCRIMINAÇÕES A SEGUIR.

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço
					Previsto	Total
1	200,00	UN		ALFACE LISA OU CRESPA, EM PÉS,	6,50	1300,00
				NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE,		
				TAMANHO GRANDE, LIMPA,		
				FOLHAS BEM DEFINIDAS LIVRES		
				DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS		
				OU DOENÇAS		
2	50,00	UN		AMEIXA SECA, PRETA SEM	11,00	550,00
				CAROÇO COM CARACTERÍSTICAS		
				ÍNTEGRAS DE 1ª QUALIDADE		
3	100,00	KG		BATATA DOCE BRANCA	7,50	750,00
4	160,00	KG		BERGAMOTA POKAN EM	10,90	1744,00
				PERFEITO ESTADO DE		
				CONSERVAÇÃO, LIVRES DE		
				MACHUCADOS, TRANSPORTADAS		
				DE FORMA ADEQUADAS		
5	200,00	PCT		BISCOITO DOCE TIPO MILHO, TIPO	8,50	1700,00
				ROSQUINHA, PACOTE DE 350 GR		
6	100,00	PCT		BISCOITO SALGADO MIGNON OU	19,00	1900,00
				PALITINHO, PACOTE 1 KG,		
				PRODUZIDO DE FORMA		
				ARTESANAL, SEM ADITIVOS		
				QUIMICOS COMO CORANTES,		
				CONSERVANTES E ACIDULANTES.		
				RÓTULO COM IDENTIFICAÇÕES E		
				INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS,		
				AUTORIZADOS PELA VIGILÂNCIA		
				SANITÁRIA COM DATA DE		
				FABRICAÇÃO E VALIDADE		
7	100,00	PCT		BOLACHA CASEIRA DOCE,	25,00	2500,00
				AMANTEIGADA DE POLVILHO,		
				MAISENA OU MILHO PCT 1KG.		
				ARTESANAL, SEM ADITIVOS		
				QUIMICOS, AUTORIZADOS PELA		
				VIGILÂNCIA SANITÁRIA,		
				CONTENDO PESO, DATA DE		
				FABRICAÇÃO E VALIDADE		
8	50,00	UN		CAFE SOLUVEL GRANULADO 50	7,50	375,00
				GRAMAS		
9	60,00	UN		COLORAU 100 GRAMAS	3,20	192,00
10	30,00	UN		FARINHA DE MANDIOCA BRANCA	5,20	156,00
				500 GRAMAS		
11	500,00	UN		IOGURTE COM POLPA DE FRUTA,	6,90	3450,00
				MISTURA HOMOGÊNEA ,BANDEJA		
				COM 6 UNIDADES, REFRIGERADO,		
				SABORES MORANGO E COCO.		



## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

12	20,00	UN	IOGURTE DE FRUTA, ZERO	3,70	74,00
		-	LACTOSE, SABORES DIVERSOS	2,	,
			EMBALAGEM DE 170G		
13	150,00	KG	LARANJA DE UMBIGO, KG	15,20	2280,00
14	100,00	PCT	LENTILHA TIPO 1, PACOTE DE 500G	9,30	930,00
15	20,00	UN	LOURO 05 GRAMAS	4,10	82,00
16	100,00	KG	MELÃO GÁLIA, KG	15,00	1500,00
17	60,00	UN	MILHO VERDE CONGELADO,	30,00	1800,00
			PACOTE DE 1 kQ		
18	300,00	UN	MILHO VERDE ESPIGA, UNIDADE	3,00	900,00
19	20,00	PCT	ORÉGANO, PACOTE 100 G	7,20	144,00
20	100,00	UN	TEMPERO VERDE (MAÇO) - SALSA	5,25	525,00
			E CEBOLINHA - TENRO E FRESCO,		
			SEM MANCHAS, DE PRIMEIRA		
			QUALIDADE, LIMPO, INTEGRO E		
			LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS,		
			PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO		
			100G).		
21	50,00	PCT	UVA PASSA PRETA, FRUTO	9,75	487,50
			DESIDRATADO, COM		
			CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª		
			QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE		
			AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR		
				Total	

#### 1.2. DOS PRODUTOS:

- 1.2.1. A Administração Municipal não aceitará alimentos com embalagem amassada, vazamento, defeito de fabricação, fora do prazo de validade, em desconformidade coma marca apresentada na proposta, devendo a vencedoratomar todos os cuidados necessários no transporte.
- 1.2.2. Os produtos devem obrigatoriamente ter a observância das descrições especificadas acima.
- 1.2.3.Os produtos e quantidades constantes nos itens acima serão adquiridas gradativamente e entregues nas escolas, de acordo com cronograma alimentar da nutricionista.
- 1.2.4. O departamento de controle e distribuição da merenda escolar fará o cronograma de entrega semanal, noqual constará a quantidade a ser entregue respectivamente.
- 1.2.5. Para pagamento as notas fiscais devem estar assinadas e carimbadas pelo(a) diretor(a).
- 1.2.6. Os produtos periciveis cotados deverão ter uma validade mínima de 80 %, contados da data de entrega dos mesmos.
- 1.2.7. O Alvará Sanitário deverá vigente durante toda execução do contrato.

#### 1.3. DA ENTREGA:

- 1.3.1. O local de entrega será nas escolas do município estabelecido pelo cronograma da nutricionista do município, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou e local em que esta indicar, tendo o colégio mais distante a 15 km da sede do município.
- 1.3.2. Todas as despesas relativas à entrega e transporte da merenda escolar, bem como todos os imposto, taxas e demais despesas decorrente do Objeto, correrão por conta exclusiva da contratada

## 1.4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A contratação pretendida deverá ser realizada nos termos fixados na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

#### 1.5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Conforme disposto nos items, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica.

## 1.6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Estima-se para a contratação almejada o mínimo 50 % conforme Lei 14.133/21.



## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

O valor estimado foi apurado por item, considerado o menor valor obtido pela multiplicação respectiva das quantidades de cada um.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Portaria 003-25/2028, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Toropi, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".



## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

#### ANEXO II

### 2. MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

2.2. A presente proposta tem como objeto a aquisição dos itens ou contratação dos serviços abaixo discriminados, em conformidade com as especificações, quantidades e demais condições definidas no edital anexos e minuta do contrato.

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	200,00	UN		ALFACE LISA OU CRESPA, EM PÉS, NOVA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO GRANDE, LIMPA, FOLHAS BEM DEFINIDAS LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS OU		
				DOENÇAS		
2	50,00	UN		AMEIXA SECA, PRETA SEM CAROÇO COM CARACTERÍSTICAS ÍNTEGRAS DE 1ª QUALIDADE		
3	100,00	KG		BATATA DOCE BRANCA		
4	160,00	KG		BERGAMOTA POKAN EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, LIVRES DE MACHUCADOS, TRANSPORTADAS DE FORMA ADEQUADAS		
5	200,00	PCT		BISCOITO DOCE TIPO MILHO, TIPO ROSQUINHA, PACOTE DE 350 GR		
7	100,00	PCT		BISCOITO SALGADO MIGNON OU PALITINHO, PACOTE 1 KG, PRODUZIDO DE FORMA ARTESANAL, SEM ADITIVOS QUIMICOS COMO CORANTES, CONSERVANTES E ACIDULANTES. RÓTULO COM IDENTIFICAÇÕES E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, AUTORIZADOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE  BOLACHA CASEIRA DOCE, AMANTEIGADA DE POLVILHO,		
8	50,00	UN		MAISENA OU MILHO PCT 1KG. ARTESANAL, SEM ADITIVOS QUIMICOS, AUTORIZADOS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONTENDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE  CAFE SOLUVEL GRANULADO 50 GRAMAS		
9	60,00	UN		COLORAU 100 GRAMAS		
10	30,00	UN		FARINHA DE MANDIOCA BRANCA 500 GRAMAS		
11	500,00	UN		IOGURTE COM POLPA DE FRUTA, MISTURA HOMOGÊNEA ,BANDEJA COM 6 UNIDADES, REFRIGERADO, SABORES MORANGO E COCO.		
12	20,00	UN		IOGURTE DE FRUTA, ZERO LACTOSE, SABORES DIVERSOS EMBALAGEM DE 170G		



## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

14	13	150,00	KG	LARANJA DE UMBIGO, KG		
16         100,00         KG         MELÃO GÁLIA, KG           17         60,00         UN         MILHO VERDE CONGELADO, PACOTE DE 1 kQ           18         300,00         UN         MILHO VERDE ESPIGA, UNIDADE           19         20,00         PCT         ORÉGANO, PACOTE 100 G           20         100,00         UN         TEMPERO VERDE (MAÇO) - SALSA E CEBOLINHA - TENRO E FRESCO, SEM MANCHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, INTEGRO E LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).           21         50,00         PCT         UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1° QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR	14	,		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
17 60,00 UN MILHO VERDE CONGELADO, PACOTE DE 1 kQ  18 300,00 UN MILHO VERDE ESPIGA, UNIDADE  19 20,00 PCT ORÉGANO, PACOTE 100 G  20 100,00 UN TEMPERO VERDE (MAÇO) - SALSA E CEBOLINHA - TENRO E FRESCO, SEM MANCHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, INTEGRO E LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1a QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR	15	20,00	UN	LOURO 05 GRAMAS		
PACOTE DE 1 kQ  18 300,00 UN MILHO VERDE ESPIGA, UNIDADE  19 20,00 PCT ORÉGANO, PACOTE 100 G  20 100,00 UN TEMPERO VERDE (MAÇO) - SALSA E CEBOLINHA - TENRO E FRESCO, SEM MANCHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, INTEGRO E LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR	16	100,00	KG	MELÃO GÁLIA, KG		
18 300,00 UN MILHO VERDE ESPIGA, UNIDADE  19 20,00 PCT ORÉGANO, PACOTE 100 G  20 100,00 UN TEMPERO VERDE (MAÇO) - SALSA E CEBOLINHA - TENRO E FRESCO, SEM MANCHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, INTEGRO E LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR	17	60,00	UN	MILHO VERDE CONGELADO,		
19 20,00 PCT ORÉGANO, PACOTE 100 G 20 100,00 UN TEMPERO VERDE (MAÇO) - SALSA E CEBOLINHA - TENRO E FRESCO, SEM MANCHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, INTEGRO E LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1a QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR				PACOTE DE 1 kQ		
20 100,00 UN TEMPERO VERDE (MAÇO) - SALSA E CEBOLINHA - TENRO E FRESCO, SEM MANCHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, INTEGRO E LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR	18	300,00	UN	MILHO VERDE ESPIGA, UNIDADE		
CEBOLINHA - TENRO E FRESCO, SEM MANCHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, INTEGRO E LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR	19	20,00	PCT	ORÉGANO, PACOTE 100 G		
SEM MANCHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, INTEGRO E LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR	20	100,00	UN			
QUALIDADE, LIMPO, INTEGRO E LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR				CEBOLINHA - TENRO E FRESCO,		
LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR						
PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO 100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR						
100G).  21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR				LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS,		
21 50,00 PCT UVA PASSA PRETA, FRUTO DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR				PRAGAS OU DOENÇAS (MAÇO		
DESIDRATADO, COM CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR				100G).		
CARCTERÍSTICAS ÍNTEGRAS, 1ª QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR	21	50,00	PCT			
QUALIDADE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR						
AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR						
Total				AÇÚCARES, PCTS DE 150 GR		
					Total	

2.3. NOME DA EMPRESA

CNPJ N°: ENDEREÇO: CIDADE: CEP:

**TELEFONE/FAX:** 

E-MAIL:

#### 2.4. A EMPRESA DECLARA

2.4.1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias.

Cumpre e acata todos os dispositivos estabelecidos no edital e seus anexos

Não incide nas vedações previstas na lei nº 14.133/2021

Local e data.



## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

#### ANEXO III

#### MINUTA DE CONTRATO

O presente Contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do Pregão Eletrônico nº 011/2025, regendo-se pela Lei Federal nº 14.133/21, assim como pelas condições do Edital referido, pelos termos da proposta e pelas condições a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

## CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSUMO E VALIDADE, A SEREM ENTREGUES DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA SEGUNDA DOS PRODUTOS:

- 2.1. A Administração Municipal não aceitará alimentos com embalagem amassada, vazamento, defeito de fabricação, fora do prazo de validade, em desconformidade com a marca apresentada na proposta, devendo a vencedor tomar todos os cuidados necessários no transporte.
- 2.2. Os produtos devem obrigatoriamente ter a observância das descrições especificadas acima.
- 2.3.Os produtos e quantidades constantes nos itens acima serão adquiridas gradativamente e entregues nas escolas, de acordo com cronograma alimentar da nutricionista.
- 2.4. O departamento de controle e distribuição da merenda escolar fará o cronograma de entrega semanal, noqual constará a quantidade a ser entregue respectivamente.
- 2.5. Para pagamento as notas fiscais devem estar assinadas e carimbadas pelo(a) diretor(a).
- 2.6. Os produtos periciveis cotados deverão ter uma validade mínima de 80%, contados da data de entrega dos mesmos.
- 2.7. O Alvará Sanitário deverá vigente durante toda execução do contrato.
- 2.8. A empresa contratada deverá fornecendo recibo ao servidor responsável pelo recebimento e conferência dos mesmos, em horário de funcionamento da Secretaria de educação, sendo das 08:00 às 12:00 e da 13:00 as 17:00 de segunda a sexta feira.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. O pagamento será realizado mensalmente até o 10º dia subsequente ao mês de prestação do serviço, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal.
- 3.2. A Nota Fiscal deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão e da Ordem de fornecimento/empenho, a fim de se acelerar o tramite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

#### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

- 4.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021
- 4.2. O valor contratual será reajustado anualmente, pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo a contar da data da apresentação da proposta até o mês da prestação dos serviços, sendo que o primeiro período de reajustamento deverá adequado ao mês civil.

#### CLÁUSULA QUINTA DA DESPESA

1.1. A despesa deste contrato correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.044.3390.30	550	90/2025	Fornecer alimentação escolar de
			qualidade a todos

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Fernando Ferrari, 235 – Centro – Toropi – RS – CEP 97418-000 – Fone: (55) 3276 7011 E-mail: toropi@toropi.rs.gov.br

#### CLÁUSULA SEXTA DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1. Cabe ao CONTRATANTE, a seu critério e através da Secretaria Municipal de Educação, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização do objeto contratado.
- 6.2. A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.
- 6.3. A existência e a atuação da Fiscalização do CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral a exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos produtos fornecidos e suas consequências e implicações próximas ou remotas.
- 6.4. A fiscalização do presente contrato fica a cargo da Secretaria de educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

Sanções previstas Art. 156, da Lei 14.133/2021

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: I - advertência:

II – multa compensatória (Art. 156, §3°, §7°), de 0,5% (cincodécimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada aoresponsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art.155 desta Lei;

III - impedimento de licitar e contratar (Art. 156, §4°) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.:

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (Art. 156, §5º e §6º), impedirá o responsável de licitar ou contratarno âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entesfederativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

#### CLÁUSULA OITAVA DA RECISÃO CONTRATUAL

- 8.1. Recisão art. 147 da Lei n. 14.133/2021, em respeito também ao princípio da conservação dos negócios jurídicos, que a decisão que declarar a nulidade de contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público
- 8.2. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses prevista na Lei 14.133/21, sem que caiba a contratada qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

#### CLÁUSULA NOVA DOS DIREITOS DO CONTRATANTE

9.1.São prerrogativas CONTRATANTE as previstas da Lei Federal nº 14.133/2021, que exercerá os termos das normas referidas no preâmbulo deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA CONTRATO

10.1. Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA CONTRATADA

11.1. Desde já declara que por se tratar de contratação com ente público, tanto os dados de seu cadastro para fins de habilitação, proposta, recursos eventualmente interpostos bem como o presente Contrato serão objeto de divulgação no sitio de divulgação do Município de Toropi e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, poderão ser objeto de divulgação, não podendo a CONTRATADA em momento algum alegar prejuízos ou violação de divulgação de dados sensíveis a teor das disposições constantes da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal 13.709/2018)

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

13.1. O Foro do presente contrato será o da Comarca de São Pedro do Sul/RS, ficando excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

TOROPI,	DE	. DE 2025
---------	----	-----------